



Mudança

"Se vogliamo che tutto rimanga com'è, bisogna che tutto cambi" (Tancredi "Il Gattopardo")

A posse de Jair Bolsonaro como novo presidente do Brasil é acompanhada, como em todas as posses de novos presidentes, por um sentimento de esperança e – por que não dizê-lo? – certo otimismo quando ao futuro do país depois da recessão mais profunda da história recente do país, seguida da recuperação mais modesta já observada.

Faz algum sentido. Depois do desastre econômico e político do governo Rousseff, a triste verdade é que, apesar de várias medidas na direção correta, o governo Temer não conseguiu ultrapassar seus limites. À falta de apoio popular juntou-se a morte política pela divulgação das conversas no Jaburu, cujo efeito mais imediato foi eliminar, quase no nascedouro, a proposta de reforma previdenciária, peça essencial na estratégia de reequilíbrio fiscal.

Houve, é bom que se diga, reforma em outras frentes, como no caso do mercado de trabalho, na redefinição do custo do crédito do BNDES e, mais recentemente, na criação da duplicata eletrônica, mecanismo que deve facilitar e baratear em alguma medida o crédito para pequenas e médias empresas. **Todavia, sem querer desmerecer o que foi construído com muito custo em pouco mais de dois anos e meio, é forçoso reconhecer que no front fiscal, quase tudo ainda está por ser feito.**

A tarefa não é modesta. O gasto total dos três níveis de governo no Brasil se aproxima de R\$ 3,3 trilhões nos 12 meses até junho de 2018 (48,5% do PIB), segundo dados do Tesouro Nacional. O gasto primário, isto é, excetuado o pagamento de juros, atingiu no mesmo período quase R\$ 2,7 trilhões, 39,5% do PIB. **Apesar da aprovação da emenda constitucional estabelecendo o "teto de gastos", as despesas primárias dos três níveis de governo seguem crescendo à frente da inflação e da expansão do PIB e se encontram hoje (quer dizer, em junho de 2018) no nível mais elevado da história.**

Na comparação com os demais países o Brasil se encontra, com folga, entre os 10% que mais gastam, exibindo patamares semelhantes aos observados nas social-democracias europeias, como a França, Finlândia e Dinamarca, e bem à frente de gigantes como a Alemanha e os EUA.

Isto dito, caso o leitor não consiga ver os efeitos deste gasto social-democrata sobre o bem-estar dos brasileiros, no que se relaciona a dimensões como educação, saúde, segurança pública, infraestrutura, etc., pode ficar tranquilo: não se trata de um problema com sua visão, mas com a distribuição muito particular (e ponha particular nisto!) do dispêndio governamental no Brasil.

Mais de um terço da despesa (37% dela para ser preciso) se destina ao pagamento do funcionalismo (no caso apenas os funcionários ativos) nos três níveis de governo, ou seja, R\$ 900 bilhões (13,4% do PIB).

Já os assim chamados benefícios sociais atingiram quase R\$ 1,2 trilhões (17,5% do PIB), o que parece ser bom, já que são "benefícios" (aparentemente muito superiores a "malefícios") e sociais (e, como se sabe, tudo que tem "social" no nome é a mais pura expressão da preocupação com o próximo...). Um olhar mais detalhado, contudo, sugere uma visão algo distinta.

Com efeito, a menor parcela (algo como 8%) dos "benefícios sociais" se refere a programas de auxílio aos mais pobres. A maior parcela (54%) representa os pagamentos de aposentadorias e pensões aos segurados do INSS, enquanto os 38% restantes são os pagamentos efetuados a funcionários públicos aposentados e seus pensionistas.

Para fins de comparação, os aposentados e pensionistas do INSS são hoje cerca de 30 milhões de pessoas; já os aposentados do setor público compreendem um universo de apenas 3,5 milhões de pessoas.

Posto de outra forma, entre ativos e inativos o funcionalismo se apropria de praticamente metade dos gastos dos três níveis de governo, ou seja, R\$ 1,4 trilhão.

Sob esta ótica, não é difícil concluir que as origens dos problemas fiscais no Brasil se encontram em parte ligadas à dinâmica previdenciária e em parte aos privilégios concedidos ao funcionalismo. Aliás, não é por outro motivo que, até mais do que no caso do governo federal, os governos estaduais enfrentam dificuldades crescentes no que diz respeito às despesas com pessoal (ativo e inativo).

Todavia, se o diagnóstico em si não é complicado, a solução política tem se mostrado para lá de complexa. Afora o já referido fracasso do governo Temer quanto à aprovação da reforma previdenciária (cujos efeitos, apesar da propaganda, seriam sentidos principalmente pelos mais ricos), mais recentemente testemunhamos mais uma decisão monocrática do ministro Lewandowski permitindo o aumento do funcionalismo, a elevação dos salários dos ministros do STF, cujo efeito em cascata para o Ministério Público e outros órgãos de governo é conhecido, bem como o afrouxamento da Lei de Responsabilidade Fiscal para permitir que municípios, em alguns casos, descumpram os limites estabelecidos pela própria LRF no que se refere aos gastos com... funcionalismo!

Há um mandato do novo governo para tratar deste tema, situação na qual alguns dos obstáculos acima poderiam ser enfrentados de igual para igual?

Para ser sincero, não sei a resposta, mas, pelo que vi até agora a resposta é, acredito, negativa. Em momento algum da campanha ficaram claras estas questões. Discutiu-se muito a pauta de costumes, a "escola sem partido", o estatuto do desarmamento, a corrupção, a ameaça socialista, mas muito pouco o estado das finanças públicas e as reformas necessárias para corrigir este estado de coisas.

Talvez não por acaso. **Em que pese a formação de nova equipe econômica bastante qualificada, cujo diagnóstico, quero crer, não é muito diferente do que expomos, a verdade é que o círculo político do presidente, incluindo o próprio, não apresenta histórico de combate ao status quo, muito pelo contrário.** Não se trata de conspiração, quero deixar claro, mas sim do entorno político representar, de alguma forma, a visão da sociedade sobre o tema.

Não se vê gente na rua pedindo reforma da previdência e austeridade fiscal, muito embora tais abordagens pudessem melhorar de forma significativa o bem-estar da população. E políticos, como regra, não vivem de contrariar a população, mas sim de captar, quando podem, estes sinais e construir uma mensagem que a eles se adegue.

Não me parece ser diferente hoje. A mensagem de mudança do atual governo é sincera, mas se refere a temas não diretamente relacionadas à economia, como relações exteriores, cultura, segurança e, talvez, o combate à corrupção. **No que se refere à economia, porém, creio ser difícil, apesar das convicções do novo ministro da Economia, que haja uma alteração radical de rumo no que tange à dinâmica perversa de gasto público, rapidamente pincelada nesta carta.**

Tudo muda, mas tudo continua igual ao que sempre foi.

¹ Graduado em Administração pela FGV-SP e em Economia pela USP, mestre em Economia pela USP, doutor em Economia pela Universidade da Califórnia em Berkeley. Em 2003 Schwartzman sucedeu a Beny Parnes na Diretoria de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, onde permaneceu até 2006. Entre 2006 e 2008, foi economista-chefe para a América Latina do ABN Amro, e de 2008 à 2011 ocupou o mesmo cargo no Grupo Santander Brasil. Atualmente, além de ser sócio-diretor da Schwartzman & Associados Consultoria Econômica, escreve uma coluna semanal para a Folha de S. Paulo, além de uma participação semanal na rádio CBN.